



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO (FEAACS)
DEPARTAMENTO DE TEORIA ECONÔMICA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

MARCELO WESLEY JUSTINO CORREIA

UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA DETERMINAÇÃO DO SPREAD
BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2000 A 2010

FORTALEZA

2013

**UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DA DETERMINAÇÃO DO SPREAD
BANCÁRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2000 A 2010**

MARCELO WESLEY JUSTINO CORREIA

Orientadora: Eveline Barbosa Silva Carvalho

Monografia apresentada à Faculdade de
Economia, Administração, Atuária, e
Contabilidade, para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Econômicas.

FORTALEZA
2013

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

	Média
<hr/>	<hr/>
Marcelo Wesley Justino Correia	
<hr/>	<hr/>
Profa. Eveline Barbosa Silva Carvalho Profa. Orientadora	Nota
<hr/>	<hr/>
Prof. Fabio Sobral Membro da Banca Examinadora	Nota
<hr/>	<hr/>
Profa. Sandra Santos Membro da Banca Examinadora	Nota
	<hr/>

Monografia aprovada em 26 de fevereiro de 2013.

À minha esposa, Gleyciane, pelo carinho, compreensão e incentivo na conclusão deste trabalho.

"Os donos do capital vão estimular a classe trabalhadora a comprar bens caros, casas e tecnologia, fazendo-os dever cada vez mais, até que isso se torne insuportável. O débito não pago levará os bancos à falência, que terão que ser nacionalizados pelo Estado". Karl Marx, O Capital, 1867

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo presente da persistência, pela dádiva da vida e pela virtude da temperança.

Aos meus pais, Leni e José que sem dúvida são meus maiores exemplos.

Ao Professor Fabio Sobral, pela sua importante ajuda, sua segurança e profissionalismo fizeram com que tudo isso fosse possível.

A todos os meus amigos, que me dedicam sua amizade, tempo e confiança. Amigos de infância e amigos que fiz na universidade, em especial à Romênia Virgínia. Eles me fazem querer ser melhor, me tornando cada dia mais competitivo somente para ser digno de tão valioso tributo.

Ao curso de Economia, que ao me acolher como aluno, fez nascer em mim, o desejo de continuar meus estudos e me tornar um Mestre.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise das taxas de juros prevalecentes na economia brasileira no período de 2000 a 2010. No que se refere aos determinantes do *spread* bancário, esta análise mostrou a importância dos fatores macroeconômicos, em particular, a taxa de juros. A metodologia utilizada se baseia numa investigação descritiva de trabalhos que utilizam modelos econométricos e teoria econômica. Dessa forma, pode-se concluir que o problema do elevado *spread* bancário é um reflexo direto do problema das elevadas taxas de juros observadas na economia brasileira. Apesar de ter sido observada uma redução dos *spreads*, o país ainda está muito acima do padrão internacional. Outro ponto de destaque é que o Brasil possui um sistema que é extremamente eficiente na geração de lucro, todavia é notória a ineficiência nas intermediações financeiras.

PALAVRAS-CHAVE: *Spread* bancário. Taxa de juros. Crédito.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the interest rates prevailing in the Brazilian economy in the period 2000 to 2010. With regard to the determinants of the spread, this analysis showed the importance of macroeconomic factors, in particular the interest rate. The methodology is based on a descriptive research works that use economic theory and econometric models. Thus, we can conclude that the problem of the high banking spread is a direct reflection of the problem of high interest rates observed in the Brazilian economy. Although it was noted a reduction in spreads, the country is still far above the international standard. Another important point is that Brazil has a system which is extremely efficient in generating profit, however is notorious the inefficiency in financial intermediation.

KEY-WORDS: *Spread* banking. Interest rate. Credit.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	14
2.1	Fundamentos das operações bancárias	14
2.2	Compreendendo o <i>Spread</i> Bancário no Brasil	16
2.3	Decomposição do <i>Spread</i> Bancário	19
2.4	A Inadimplência	22
2.4	Determinantes do <i>Spread</i>	23
3	RELAÇÃO ENTRE <i>SPREAD</i> E A ESTRUTURA DO MERCADO BANCÁRIO	26
4	<i>SPREAD</i> BANCÁRIO: UMA BREVE COMPARAÇÃO INTERNACIONAL	28
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	33

LISTAS DE GRÁFICOS, TABELAS E QUADROS.

Tabela 1: Comparação Internacional do <i>Spread</i> Bancário.....	28
---	----

LISTAS DE SIGLAS

BACEN – Banco Central

DEPEP – Departamento de Estudos e Pesquisas

EUA – Estados Unidos da América

FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos

FGC – Fundo Garantidor de Crédito

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FMI – International Monetary Fund (Fundo Monetário Internacional)

IFS – International Financial Statistics

MP – Medida Provisória

P.P – Ponto Percentual

PPD- Provisão para Devedores Duvidosos

1 INTRODUÇÃO

O setor bancário brasileiro nos últimos anos vem passando por um processo de consolidação, através de fusões e aquisições, além disto, os bancos possuem alto poder de fixação de preços, devido sua estrutura oligopolizada e a baixa elasticidade verificada nos produtos bancários que possuem pouco ou nenhum substituto.

Os bancos são agentes que operacionalizam a intermediação financeira, ou seja, intermediam operações entre agentes deficitários e agentes superavitários. Na diferença entre a taxa de empréstimo e a taxa paga ao depositante está o *spread*, que pode ser entendido como transferência de lucro, de tal forma que quanto maior for o *spread*, maior será a margem de lucro e a transferência de renda entre os setores, e menos eficiente será a intermediação financeira no país.

Analisar *spread* bancário é pensar criticamente sobre as limitações do almejado crescimento econômico brasileiro. Afinal, podemos caracterizar o crédito no Brasil como um recurso escasso e muito caro. Muitas vezes os altos custos inviabilizam o surgimento e a determinação do término de projetos pessoais e/ou profissionais.

Em alguns programas do governo, onde o objetivo é o desenvolvimento econômico e a geração de empregos, o crédito a pessoas jurídicas é facilitado e a taxa de juros é diferenciada. Contudo, a burocracia para conseguir estas linhas torna estas operações demoradas e com custo inicial alto, como por exemplo, para elaboração de projetos, excluindo uma parte significativa de empresas que devido ao seu tamanho, não possuem acesso ao crédito, por duas principais razões: primeiro raramente uma empresa nesta categoria tem acompanhamento contábil e/ou documentação necessária para se enquadrar nestas linhas e, segundo, a análise de crédito parte do banco onde a empresa tem conta, e leva em consideração a alta mortalidade de pessoas jurídicas no Brasil, somadas à alta inadimplência e aversão natural dos bancos ao risco.

O resultado disto é a negativa por parte dos bancos, já que os mesmos utilizam tais linhas basicamente para a fidelização de clientes, oferecendo apenas para

clientes cuja rentabilidade média da conta seja suficiente para manter o negócio lucrativo para o banco.

O cenário é ideal para os bancos, operando como monopolizadores, onde a receita marginal é maior do que seu custo marginal, Numa situação de poder de mercado. Este fato tem que ocorrer para que o banco esteja sempre disposto a reduzir *spread* numa operação, quando o cliente está disposto a fechar a compra de outro produto bancário ou para conseguir vencer a pequena concorrência.

Diz-se que no Brasil, o bom pagador paga a conta do mau pagador. E este é provavelmente um dos motivos para vigorar no País um *spread* tão alto. Já que não existem mecanismos ou estímulos suficientes para conter a onda de inadimplência. Existem várias pessoas, principalmente com nível baixo de renda que estão dispostas a acumular o máximo possível de dívidas no sistema financeiro a fim de conseguir o máximo de crédito, não se importando em gerar inadimplência.

É um modelo onde os bancos se beneficiam cobrando altos juros em operações como cartão de crédito e cheque especial, com exemplos claros de seleção adversa, já que há preferência para clientes com folha de pagamento no banco, de forma que mensalmente os clientes sentem uma redução significativa nos seus ganhos nominais, através de desconto de tarifas e juros debitados assim que o salário é creditado em conta.

Muitas vezes o correntista não possui entendimento suficiente sobre os produtos bancários, pagando juros de mora e descoberto em conta corrente. Tal redução no poder de compra é refletida no comércio, na geração de empregos e na produtividade dos setores.

A situação é tão crítica que chega ao cúmulo do conhecimento popular acusar os bancos de retirar dinheiro dos correntistas de forma indiscriminada, o que de acordo com linguagem popular se reflete no entendimento de que o banco “come” o dinheiro que fica na conta, levando muitos assalariados a retirar na totalidade seus proventos assim que é realizado o crédito em conta corrente, se colocando em risco de eventuais assaltos, e descaracterizando a utilidade bancária.

De fato, o que se observa no Brasil, é que devido a fatores macroeconômicos os bancos são altamente avessos ao risco, com isso a oferta de crédito

fica comprometida, os altos custos administrativos, a cunha fiscal, a legislação, a inadimplência e as instabilidades econômicas elevam circunstancialmente o valor do spread bancário.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar sob uma perspectiva crítica a composição, a evolução e a influência da política econômica no *spread* bancário praticado no Brasil no período de 2000 a 2010. E tem como objetivos específicos investigar como as variáveis macroeconômicas sob a influência do Governo Federal afetam o *spread* bancário, além de analisar quais as variáveis macroeconômicas que representam um papel importante na composição do *spread* bancário, verificar se a inadimplência atua como um dos principais determinantes do *spread* e apresentar as principais análises dos fatores micro e macroeconômicos que compõem o *spread* bancário.

Este trabalho está dividido em cinco seções onde é apresentada uma introdução sobre o tema, seguido de uma revisão da literatura de vários autores que abordam o comportamento do *spread* no Brasil. Na seção 3 é abordada a questão da estrutura de mercado e na seção quatro é traçado um comparativo internacional. Na Última seção apresentamos as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Fundamentos das operações bancárias

Os motivos que levam a formação do *spread* bancário, fazem parte da essência do capitalismo, para tanto se pode citar Marx, na seção II do O Capital, tem-se que a circulação simples de mercadorias caracteriza-se pelo ciclo mercadoria – dinheiro – mercadoria.

(...) o lado dessa forma, encontrou uma segunda, especificamente diferenciada, a forma D-M-D, transformação de dinheiro em mercadoria e (re) transformação de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. Dinheiro que em seu movimento descreve essa última circulação transforma-se em capital, torna-se capital e, de acordo com sua determinação, já é capital. (Karl Marx, O Capital. p 125-126).

Na circulação capitalista, todas as trocas particulares seguem a equivalência e é precisamente por causa disso – da plenitude e correção desse movimento – que o capitalista se apropria de trabalho não pago, valor sem equivalente. Vemos então que, “mesmo na reprodução simples todo o capital adiantado, como quer que tenha sido originalmente obtido, transforma-se em capital acumulado ou mais-valia capitalizada” (MARX, 1984, p. 169). A posição plena da lei do valor, da lei da equivalência, interverte essa lei e põe essencialmente a não equivalência, mantendo, todavia, a equivalência na aparência, vale dizer, nas transações individuais entre capitalista e trabalhador.

O juro como preço de capital é de antemão uma expressão totalmente irracional. Aqui uma mercadoria tem duplo valor: primeiro, um valor e, depois, um preço distinto desse valor, enquanto o preço é a expressão monetária do valor. O capital monetário de início é apenas uma soma de dinheiro. Como pode então uma soma de valor ter um preço além de seu próprio preço, além do preço que está expresso em sua própria forma dinheiro? (MARX, 1984, p. 266).

A resposta reside no “milagre” mesmo da mercantilização do próprio capital, “milagre” operado pela forma preço e que poderia ser expresso pelo juízo infinito: “a mercadoria é capital”. Por um lado, essa mercadoria tem um valor que corresponde ao montante do empréstimo, uma determinada quantia de dinheiro que pode (ou não) ser utilizada como capital, isto é, que pode ter seu valor de uso consumido. Por outro lado, ela tem um preço, o juro, que representa não um valor, mas a valorização mesma do capital: “o capital se manifesta como capital mediante sua valorização. A maior ou menor valorização do capital portador de juros só é mensurável comparando o montante de juros, a parte que lhe cabe do lucro global, com o valor do capital adiantado” (MARX, 1984, p. 266).

O juro é, pois, esse preço irracional que, diferentemente dos preços de mercado das mercadorias comuns, tem sua grandeza inteiramente determinada pela concorrência, quer dizer, pelas interações entre oferta e procura.

Ao “vender” a mercadoria capital, isto é, ao emprestar uma soma de dinheiro, o capitalista monetário aliena de fato um valor de uso e, por isso, o que ele entrega é entregue como mercadoria. O lucro é esse valor de uso (MARX, 1984, p. 264). O mutuário, por sua vez, consome esse valor de uso, quer dizer, utiliza o montante

emprestado para comprar meios de produção e força de trabalho, ou seja, utiliza-o como capital.

No limite, argumenta Marx, que todo valor empregado no processo de produção teria no mercado de ações um duplo, um título que garante a sua propriedade, mas que também pode ser negociado. Isso implica que seu movimento é determinado não mais pela acumulação real de valor (mediada pela produção e circulação de mercadorias), porém, pela acumulação de “preços” (mediada pela circulação de títulos de toda ordem).

É nesse contexto que as crises financeiras assumem seu sentido pleno: assim que estoura uma “dessas bolhas de sabão de capital monetário nominal” (MARX, 1985, p. 13), “a procura por capital de empréstimo é procura de meios de pagamento e nada mais” e, por sua vez, “a procura de meios de pagamentos é mera procura de conversibilidade em dinheiro” (MARX, 1985, p. 48). Momento, portanto, em que os círculos subordinados (circulação de mercadorias e (re) produção capitalista) voltam à tona, e com eles suas determinações: o dinheiro volta a ser procurado como mero meio de pagamentos e não mais como mercadoria-capital; as mercadorias voltam a ser negociadas com base em seu valor de uso original. Em suma, o que é exposto violentamente na crise é a unidade do sistema em que o capital portador de juros é o todo, que se apresenta como um círculo de círculos, cada um dos quais é um momento necessário.

Evidenciando-se nas recentes crises financeiras, pode-se verificar que a maneira como o dinheiro é trabalhado através do sistema bancário gera um impulso para novas crises.

2.2 Compreendendo o *Spread* Bancário no Brasil

Atualmente vive-se um momento de redução na taxa básica de juros e de forte crise internacional, a instabilidade externa gera efeitos na economia do mundo todo, de forma que o ano de 2012 pode ser caracterizado pelo baixo crescimento econômico e por uma nova mudança no sistema bancário.

Em Costa e Nakane (2004) verifica-se que as altas taxas de juros praticadas nos contratos de empréstimo no Brasil geram recuo da atividade econômica e uma das mais baixas relações entre volume de crédito privado/PIB do mundo.

As explicações para este quadro são diversas, (Costa e Nakane 2004,) destacam a alta remuneração dos títulos públicos com retorno elevado e baixo risco, os altos níveis de inadimplência, cabendo aqui uma crítica à morosidade do sistema jurídico onde há uma superproteção ao devedor e mesmo em situações onde as operações de crédito possuem garantias o sistema deixa muito a desejar, pois está exposto a processos de execução extremamente longos. Outra explicação explorada pelos autores são as incertezas relacionadas à instabilidade econômica, que de uma forma geral limitam a oferta de crédito.

O sistema bancário brasileiro é oligopolizado, e altamente caracterizado por possuir um dos maiores resultados líquidos em relação a outras empresas brasileiras, possuindo um dos maiores spreads do mundo. Em ocasião da estabilização de preços, o processo de abertura do mercado financeiro brasileiro ao exterior e a mudança para o regime de taxas de câmbio flexíveis, era esperada uma aproximação do spread bancário brasileiro aos patamares internacionais, (OREIRO E PAULA, 2005). No entanto, não foi bem isso que aconteceu. Para os autores:

[...] Alguns estudos procuraram aferir se o *spread* bancário elevado estaria relacionado à baixa concorrência existente no setor, mas os resultados estão longe de ser conclusivos. Por outro lado, tem sido bastante veiculado – por exemplo, pela Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) – que os altos *spreads* resultam fundamentalmente do *crowding out* do governo no mercado de títulos, em razão de sua elevada dívida, dos níveis elevados do compulsório sobre os depósitos dos bancos, da tributação excessiva sobre as operações de crédito e ainda do elevado volume de créditos direcionados, tudo isto fazendo com que os bancos tenham menos recursos para emprestar e a um custo artificialmente mais alto. (OREIRO E PAULA, 2005).

Antigamente, os clientes procuravam os bancos para pedir empréstimos, se colocando em uma posição inferior à da instituição bancária, mas com o advento da

internet e o surgimento de inúmeras financeiras este procedimento está sendo modificado. Afinal, um correntista que pretende financiar seu carro, terá poucas chances de chegar até o banco para solicitar crédito, pois, ao procurar informações na internet sobre o veículo, o cliente é bombardeado por informações sobre o automóvel e sobre como financiá-lo. De tal forma que ao chegar a concessionária o comprador acaba por fechar um financiamento sem precisar ir até o banco.

Segundo estudo de Paula e Pires (2006) pode-se observar o que aconteceu quando com o Plano Real os bancos perderam sua principal fonte de receitas, que na época eram os ganhos inflacionários sobre os recursos não remunerados do depósito à vista, os bancos ganhavam bastante somente no *floating*. Alguns gerentes tinham como função simplesmente recolher o pagamento de FGTS nas empresas, pois o banco mantinha o recurso por até 40 dias, e retirava um enorme ganho. Para cobrir as perdas geradas com estabilização da economia os bancos responderam aumentando o volume de operações, aumentando as tarifas, cobrando por serviços que antes eram gratuitos e reduzindo despesa através de demissões.

A compreensão do *spread* bancário não possui em sua forma conceitual nenhum desafio ao entendimento comum, havendo vários trabalhos como o de Costa (2004), Oliveira e Carvalho (2003) e Oreiro e Paula (2005) que destacam o *spread* bancário como a diferença entre os custos de captação e os juros cobrados nos empréstimos.

Pode-se afirmar que um *spread* muito alto acarreta restrições ao crescimento econômico, já que dificulta o crédito. Contudo, existem dois caminhos para diminuir o valor do *spread*, um é reduzir os custos de captação, o que causaria baixo retorno em aplicações financeiras, e uma menor arrecadação, o que não é de interesse dos bancos e outro caminho é reduzir os juros cobrados nos empréstimos, o que dependendo do nível de inadimplência, tornará inviável a oferta de crédito e gerará crise no sistema financeiro. Portanto o nível de *spread* possui efeitos e desdobramentos que atingem toda a economia, pois um efeito em cascata, após uma redução forçada no nível de *spread*, poderia diminuir substancialmente os ganhos dos bancos, que se adaptariam através de aumento na taxa de seus serviços.

Desta forma, mesmo almejando um nível comparado ao de outros países, que praticam um nível menor de *spread*, para o Brasil não é tão simples reduzir *spread*.

Em virtude de fatores como elevados custos operacionais, elevada carga tributária, alta inadimplência, déficit público, e altas taxas de juros que concorrem para um resultado de *spread* elevado. Logo, uma redução de *spread* envolve muitas variáveis e geram efeito em toda atividade macro e micro econômica.

De acordo com Leal, (2006) a mensuração do *spread* bancário apresenta duas formas conceituais: uma é o *ex-ante*, de acordo com as taxas estabelecidas pelos bancos e a outra é o *ex-post*, de acordo com os resultados financeiros realizados pelo banco, de forma que o *spread* bancário *ex-ante* é mensurado a partir das decisões de precificação dos bancos em relação às taxas de captação e de empréstimos, anteriores à realização de seu resultado.

Esta medida reflete as diversas expectativas dos bancos em relação à demanda, inadimplência e concorrência. Assim o *spread ex-ante* é normalmente calculado como a diferença entre a taxa juros de empréstimo e a taxa de juros de captação do banco, a partir de informações sobre as operações bancárias coletadas e divulgadas pelos bancos centrais.

Já o *spread* bancário *ex-post* é a mensuração do resultado da intermediação financeira realizado pelos bancos, de acordo com as receitas efetivamente geradas pelas operações de crédito e com o custo efetivo de captação dos recursos, ambos possivelmente relacionados com as taxas estabelecidas *ex-ante*.

2.3 Decomposição do *Spread* Bancário

A partir do primeiro Relatório sobre Economia Bancária e Crédito, em 1999, que marcou o início do Projeto Juros e *Spread* Bancário, o Banco Central vem estimando anualmente a decomposição do *spread* bancário, para o segmento livre das operações de crédito. O Banco Central do Brasil utiliza a medida do *spread* bancário *ex-ante*, calculada por meio da diferença entre as taxas de juros de aplicação e de captação dos bancos.

O Relatório sobre Economia Bancária e Crédito do BCB de 2010, apresenta a atualização da decomposição do *spread* bancário para modalidades de crédito referenciais com taxas de juros pré-fixadas, seguindo a lógica dos relatórios anteriores.

Adicionalmente, visando aproximar-se da contabilidade real das instituições financeiras e reconhecendo a necessidade constante de aprimoramento dessas estimativas, esse relatório apresenta uma nova metodologia de cálculo do spread.

Esta nova estimativa trouxe como alteração mais relevante a inclusão, no custo de direcionamento, da medida do efeito do subsídio cruzado causado pelo direcionamento obrigatório de parte dos depósitos à vista e de poupança para aplicação em crédito rural e habitacional. Além disso, houve a melhoria na estimativa dos componentes de recolhimento compulsório e FGC, bem como a separação dos tributos conforme a base de cálculo.

As principais diferenças dos resultados (BCB, 2008, p. 28) da nova metodologia, em relação à anterior, foram uma menor participação para o custo de direcionamento e para os impostos indiretos, bem como consequente aumento de participação para os impostos diretos e para o resíduo líquido (agora denominado de margem líquida, erros e omissões).

De qualquer forma, a nova metodologia não alterou a ordem de importância dos componentes do *spread*, com a manutenção de maior participação para a inadimplência e para a margem líquida, seguidos pelos impostos diretos e pelos custos administrativos. No período de 2001 a 2008, os dois componentes com maior participação, inadimplência e margem líquida, foram os que apresentaram maior oscilação na nova metodologia do Banco Central do Brasil, ambos apresentando aumento na taxa nominal em 2008, que interrompeu um movimento geral de redução. O mesmo ocorreu com os impostos diretos, que apresentaram trajetória similar à da margem líquida, uma vez que esta é o resultado da subtração da margem bruta pelos impostos diretos. Destacam-se, nesse período, o movimento marcante de redução dos custos administrativos, bem como uma sutil redução para os impostos indiretos e FGC e para o custo do compulsório e do crédito direcionado.

Através do Relatório de Economia e Crédito (2010) os spreads nas operações prefixadas em dezembro de 2010 estão decompostos em Custo Administrativo (12,6%), Impostos Diretos (21,9%), Inadimplência (28,7%), Compulsórios (+ subsídios cruzados, encargos fiscais e Fundo Garantidor de Crédito) (4,1%), e Outros (32,7%), parcela que representa a margem líquida do banco, erros e omissões.

Tal decomposição mostra que a inadimplência, com 28,7%, possui a segunda maior participação do valor absoluto do spread, e ao analisarmos uma série histórica da influência da inadimplência sobre a composição do spread, temos que ao longo do tempo a liderança em maior valor oscila entre inadimplência e a margem líquida dos bancos. Todavia, não são apenas as variáveis que lideram esta composição que devem ser vistas como responsáveis pelos altos níveis de spread.

De acordo com o Relatório de Economia Bancária (2010) o *spread* médio pago no final de 2010 em operações com taxas de juros prefixadas foi de 27,87% destes 10,74 % está relacionada a encargos fiscais diretos ou indiretos e despesas obrigatórias, totalizando um percentual superior à margem líquida que foi de 9,12 % e superior ainda à inadimplência que atingiu 8,01 % neste período.

Temos que a margem líquida não apresenta diferenças significativas quando comparada a outros componentes do *spread*, e que na análise histórica muitas vezes o valor da inadimplência é superior aos valores da margem líquida. De tal forma que podemos afirmar que o risco sofrido pelas instituições financeiras é muitas vezes maior do que os ganhos líquidos.

Desta forma, mesmo se os bancos emprestassem sem ganhar lucro nenhum ainda seria pago 18,75% enquanto que o *spread* médio em países da Europa e nos EUA está em torno de 3%.

Ao analisarmos de 2008 a 2010, verificamos que os componentes que atuaram diretamente para obtenção de uma redução no valor do spread que em 2008 era de 39,98%, foram os custos administrativos, e os impostos indiretos que totalizam em 2008 4,06% e 9,28% respectivamente alcançando em 2010 3,50% e 6,10% respectivamente. Desta forma, houve uma considerável redução, muito embora, ainda está em níveis considerados muito elevados.

A decomposição contábil do *spread* bancário no Brasil foi recentemente analisada por Reis Jr, Paula e Leal (2009), que avaliam também as especificidades de alguns segmentos de bancos (grandes bancos varejistas, bancos varejistas públicos e bancos especializados em crédito).

Ao analisar a decomposição do *spread*, esses autores indicaram que a partir de 2006 houve aumento no resíduo líquido, que é o segundo maior componente do

spread após as despesas estruturais, movimento que foi atribuído a um conjunto de fatores: aumento na participação da taxa de serviços, diminuição nas despesas estruturais e queda nos impostos, em que pese o aumento do peso relativo da inadimplência na decomposição do spread. Foi destacado, também, que a participação da taxa de despesas estruturais no spread diminuiu para os três segmentos analisados, evidenciando a ênfase das diversas categorias de bancos na redução nos custos operacionais.

Os mesmos autores reconhecem que o *spread* médio não capta a diversificação do portfólio do banco, que poderia inclusive estar cobrando um spread *ex-ante* mais baixo do que os demais bancos, mas ter um *spread ex-post* maior em função de atuar em linhas de crédito mais rentáveis.

2.4 A Inadimplência

Através do estudo do (BACEN, 2007) observa-se uma tendência desde aquela data para redução dos spreads e consequente expansão do crédito.

Adicionalmente à evolução recente marcadamente positiva, as perspectivas para os próximos anos apontam para redução do custo do crédito. Os números apresentados ainda mostram participação predominante da inadimplência na composição do spread bancário, donde se infere que os custos dos empréstimos e financiamentos bancários no Brasil estão fortemente influenciados pelo risco de crédito. Assim, para que os desenvolvimentos recentes no sentido de reduzir os juros e o spread bancário tenham continuidade, são necessários novos avanços institucionais voltados à melhora das garantias ao credor. (BACEN, 2007, p. 13).

O caráter da inadimplência no Brasil é de certa forma um pouco ambíguo, logicamente, todos desejam um cenário de baixa inadimplência, afinal, alta inadimplência não é benéfica em nenhum setor. Ocorre que numa visão macro, operadoras de cartão de crédito e bancos, em alguns casos, acabam por se beneficiarem das altas taxas de inadimplência, que devido ao alto risco, tornam aceitáveis os altos *spreads* praticados em segmentos como cartão de crédito e cheque especial, que são produtos que são ofertados sem se atentar muito a critérios ou garantias.

Para uma agência bancária de pequeno porte, a inadimplência é o pior dos cenários. Sofre-se pressão para atingir metas cada vez maiores, onde se estimula o incremento das operações de crédito e em contrapartida, gera-se um alto estoque de PPD (Provisão para Devedores Duvidosos), tal provisão retira da agência a possibilidade de atingir o retorno esperado pelos acionistas e diminui o resultado final do banco.

Os bancos gastam cifras gigantescas para evitar absorver tamanha inadimplência, atualmente é comum encontrar uma quantidade muito grande de novos escritórios de cobrança, que sobrevivem da dívida gerada pelos clientes do sistema financeiro.

De acordo com Banco Central a inadimplência é um dos principais fatores que ajudam a explicar porque que no Brasil o *spread* incorrido para Pessoa Jurídica se mostra inferior ao observado no *spread* a pessoas físicas, tal fato se evidencia ao analisar o percentual de créditos em atraso superior a 90 dias para pessoas físicas em comparação ao mesmo indicador para pessoa jurídica, neste caso o valor verificado na pessoa física possui quase o dobro do valor encontrado para pessoa jurídica.

2.4 Determinantes do *Spread*

Mesmo conhecendo a decomposição contábil do *spread* bancário, esta análise ficaria incompleta se não demonstrássemos os determinantes do *spread* bancário através de uma decomposição econométrica, já que através de tal estudo poderemos identificar a sensibilidade do *spread* a variações em seus componentes.

Para tanto, será utilizada o estudo de Koyama e Nakane, (2002). Onde a equação estimada para o spread tem a seguinte forma:

$$\ln spread_t = \beta_0 Trend_t + \beta_1 \ln selic_t + \beta_2 \ln adm_t + \beta_3 \ln risk_t + \beta_4 \ln imp_t + \beta_5 \ln comp_t$$

Em que β_{ii} ($i= 0, \dots, 5$) são os parâmetros estimados; o Trend é uma tendência determinista que controla outras variáveis que podem ter efeito sobre *spread*, todavia não aparecem na equação acima. Os regressores são a SELIC, que é a taxa básica de juros; *adm* é uma medida de despesa administrativa dos bancos; *risk* é uma Proxy para o risco de crédito, medido através do *spread* do C-Bond sobre o rendimento dos títulos do Tesouro Americano de mesma maturidade; *imp* são impostos indiretos; e o *comp* é o percentual de encaixes compulsórios sobre os depósitos avista dos bancos.

Com esta metodologia, que foi adotada pelo Banco Central para a decomposição do *spread*, Koyama e Nakane (2002) analisaram o impacto esperado sobre o *spread* dado alguma alteração em seus componentes, sendo estes: as despesas administrativas, despesas de inadimplência, impostos indiretos, impostos diretos e margem líquida do banco.

A fim de estimar um vetor auto-regressivo, os autores desagregam o *spread* bancário nos seguintes fatores: (i) taxa básica de juros (taxa Selic *overnight*), que é utilizada como uma aproximação do *Mark up* bruto dos bancos, uma vez que os depósitos a prazo e as taxas no *overnight* apresentam um comportamento similar; (ii) uma medida do prêmio de risco País (o retorno dos títulos C-Bonds em relação ao retorno de títulos do Tesouro americano com o mesmo prazo de maturidade); (iii) a razão das despesas administrativas sobre o volume de crédito; e (iv) impostos indiretos (IOF, PIS, COFINS e CPMF).

Em relação à existência de co-integração entre as variáveis, os mesmos encontraram as seguintes importâncias relativas para setembro de 2001: componente de risco (45%), despesas administrativas (20%), impostos indiretos (19%) e taxa Selic *overnight* (16%).

Nesta equação, as tendências determinísticas controlam o efeito sobre o *spread* advindo de variáveis como a taxa de inflação, o nível de atividade econômica e as mudanças estruturais sobre a indústria bancária em situações de redução de juros, de privatizações ou de fusões e aquisições entre bancos.

Em relação à SELIC, observa-se a expectativa da autoridade monetária e as influências nas taxas de captações via CDB, visto a influência que a taxa SELIC mantém sobre o comportamento deste fator.

Uma das principais diferenças entre estes determinantes e a decomposição contábil é que a variável risco substitui a variável despesas com inadimplência, mostrando-se neste estudo superior a esta. Outra diferença consiste na ausência explícita de variáveis relacionadas aos impostos diretos e à margem líquida do banco, inferindo-se que os efeitos destas duas variáveis estariam inclusos em componentes como a Selic e o risco, concluindo que a taxa Selic em parte esta relacionada com os impostos diretos e a margem líquida e que o risco reflete parcialmente a margem líquida.

Para estimar a equação os autores utilizaram informações mensais de agosto de 1994 a setembro de 2001, estimando um VAR (vetor auto-regressivo) que incluíam oito defasagens de todas as variáveis, tratando os impostos indiretos e o compulsório sobre os depósitos como variáveis exógenas. Foram incluídas variáveis dummies para janeiro de 1996, novembro e dezembro de 1997 a fim de gerar resíduos aproximadamente normais. Com isso, através desta estimação não foram apresentadas violações das hipóteses de normalidade, ausência de correlação serial e ausência de homocedasticidade.

Verificou-se a seguinte relação de longo prazo entre o spread bancário e seus componentes:

$$\ln spread_t = -0,0003 Tend_t + 0,503 \ln selic_t + 1,554 \ln adm_t + 0,219 \ln risk_t + 0,723 \ln imp_t$$

(2,94) (2,86) (4,37) (3,55) (2,12)

A variável referente ao compulsório não se mostrou significativa e foi excluída da relação de longo prazo, quanto às outras variáveis, todas se mostraram estatisticamente significativa e apresentaram os sinais esperados, principalmente no caso do spread bancário que é positivamente afetado pela taxa Selic, despesas administrativas, risco e pelos impostos indiretos.

Desta forma, os componentes identificados no estudo de Koyama e Nakane (2002) são bastante significativos para a formação do *spread*, destacando-se o componente de maior relevância que está relacionado à variável risco. Observando que tal variável possui um forte comportamento de expectativas. Ou seja, o risco país é o grande determinador do elevado *spread* bancário.

3 RELAÇÃO ENTRE SPREAD E A ESTRUTURA DO MERCADO BANCÁRIO

Não há consenso na literatura econômica no que diz respeito à concentração do sistema bancário e à sua estabilidade. Esta seção pretende apresentar diferentes trabalhos que buscam vincular a estrutura de mercado vigente no sistema financeiro nacional à determinação do spread sobre operações de crédito.

A história recente dos bancos no Brasil vinculou-se ao Plano Real que, quando de sua implantação causou redução das receitas de *floating*, inicialmente compensada pelo aumento dos créditos concedidos. Contudo, a diminuição do ritmo de crescimento da economia no segundo trimestre de 1995, decorrente da adoção de políticas monetária e creditícia restritivas, devido à crise mexicana, tornou inevitável o ajuste dos bancos. Os créditos em atraso e em liquidação cresceram substancialmente.

A perda das receitas inflacionárias, a contração do crédito e a liquidação do Banco Econômico levaram o Governo a adotar uma série de medidas de ajuste do sistema financeiro. Através da Medida Provisória (MP) nº 1.179, foram criados incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras, permitindo que a incorporadora contabilizasse como perda os créditos de difícil recuperação da

incorporada. A MP também permitia a contabilização como ágio à diferença entre o valor patrimonial e o valor de aquisição, para benefícios fiscais futuros.

Em novembro de 1995, a Resolução CMN nº 2.208, autorizada pela MP 1.179, instituiu o PROER. Este programa previu a criação de linha especial de assistência destinada a financiar as reorganizações administrativas, operacionais e societárias de instituições financeiras que resultem na transferência de controle acionário ou na modificação de objeto social para finalidades não privativas de instituições financeiras. Como consequência deste processo, nos quatro anos e meio que se seguiram ao Plano Real, nada menos que 104 instituições sofreram algum tipo de ajuste, com redução significativa do número de bancos públicos estaduais e de bancos privados nacionais, bem como houve um expressivo crescimento dos bancos com controle estrangeiro.

Com base no cenário de ajuste do sistema financeiro brasileiro, Corazza (2000) investiga a concentração bancária e o impacto do ingresso de bancos estrangeiros, a partir do número de bancos e da concentração dos depósitos bancários, utilizando o índice de Herfindhal, uma medida estatística de concentração, calculada pela soma dos quadrados da participação de mercado de todos os bancos do sistema e é influenciada pelo número de participantes no mercado e pelo grau de concentração.

Koyama e Tonooka (2002) analisam o efeito da participação de mercado na determinação da taxa de juros sobre empréstimos no sistema bancário brasileiro. Concluem que a participação no mercado tem influência sobre a taxa de juros de empréstimos em seis das doze modalidades pesquisadas (*hot-money*, desconto de duplicata, desconto de nota promissória, cheque especial e cartão de crédito). Nas modalidades empréstimos para pessoa jurídica a influência é negativa, enquanto que nas modalidades de empréstimos para pessoa física, a influência é positiva. Isso revela que o comportamento concorrencial dos bancos é diferente, dependendo do tipo de cliente.

Carvalho (2007) apresenta estudo sobre como a competição do sistema bancário tem se subordinado à busca das explicações para o alto spread cobrado pelos bancos. No entanto, o autor critica a utilização do grau de concentração dos bancos (como a utilização do índice de Herfindahl-Hirschman), por não abordar o padrão de competição entre as empresas do segmento. Segundo Carvalho (2007), a relação entre o tamanho da firma ,a concentração e a concorrência torna-se ainda mais inadequada

quando se trata de produtos diferenciados. “Os preços deixam de ser um regulador único de demanda quando se trata de produtos diferentes. No limite, cada empresa estaria produzindo monopolisticamente um produto único, irreprodutível por qualquer outro competidor. Nesse caso, medidas de concentração podem perder todo o sentido, falseando o problema quando se agregam produtos heterogêneos numa única medida de mercado.” (CARVALHO, p.105. 2007).

Assim, o grau de concentração não expressaria o padrão de competição no mercado. Carvalho (2007) trabalha com a hipótese segundo a qual o grau de substitutibilidade entre serviços oferecidos por cada banco no segmento onde as inovações são constantes (em termos de produtos) é relativamente baixo, tornando a elasticidade cruzada de demanda entre eles também baixa. O autor questiona se a diversidade da produção bancária e a estilização da firma bancária – com produto homogêneo (empréstimos) são bem definidas quanto a prazo e taxa de juros – conseguiriam captar os elementos essenciais dos bancos. A partir de 1990, houve grande transformação no sistema financeiro. Em decorrência, Carvalho menciona três características da nova firma bancária: estratégia de competição baseada na inovação, perda da importância do preço como instrumento competitivo e definição do produto endogenamente.

O que se pode afirmar, com base em dados disponibilizados pelo BACEN, é que entre o período atual e o imediatamente posterior à implantação do Plano Real, observou-se concentração no sistema financeiro, com redução no número instituições do conglomerado bancário e maior participação de bancos estrangeiros. O que demonstraria uma justificativa para os altos níveis de *spread* devido uma estrutura altamente concentrada.

4 SPREAD BANCÁRIO: UMA BREVE COMPARAÇÃO INTERNACIONAL

Para fins de comparação internacional do *spread* bancário, este estudo selecionou cinco economias: três da América – Argentina, Chile e México – e duas economias ditas maduras – Estados Unidos e Japão. As séries foram construídas a partir

das taxas trimestrais de empréstimo e depósito divulgadas no International Financial Statistics (IFS) do FMI.

Tabela 1: Comparação Internacional do Spread Bancário

Ano	Brasil	Argentina	Chile	México	Estados Unidos	Japão
2000	137,8	5,9	4,4	19,6	2,9	2,6
2001	80,2	3,2	3,9	10	2,9	2,4
2002	53,8	2,3	3,7	5,8	2,8	2,1
2003	58,4	3,1	5,3	10,9	2,9	2,1
2004	54,4	3	4,1	12,1	2,7	2
2005	39,6	2,8	5,6	8,7	2,8	2
2006	39,8	11,5	5,7	6,6	3,2	1,9
2007	43,7	24,4	4	4,5	3	1,8
2008	45,1	9	3,4	3,9	3	1,8
2009	39,5	4,2	3,2	4,7	2,8	1,7
2010	37,8	2,4	2,7	6,2	2,7	1,4

Fonte dos dados primários: IFS/FMI. Tabela elaborada pelo autor.

Os dados na tabela 1 corroboram a afirmação de Paula e Leal (2007), de que o Brasil apresenta um grande afastamento das demais da série quando comparado ao conjunto de países emergentes ou mesmo quando comparado com outros países latino-americanos, uma vez que o spread bancário é extremamente elevado quando comparado internacionalmente.

Mesmo considerando o período mais recente, com fortalecimento do sistema financeiro, ingresso de bancos estrangeiros e estabilidade macroeconômica, não se verificou convergência do spread aos níveis internacionais. Uma das alternativas é que houve os bancos estrangeiros que aqui se instalaram sofreram um processo de ‘tropicalização’, com a reprodução de ineficiências que caracterizavam o sistema financeiro nacional, porém cobertos, com folga, pelo spread nas operações de crédito e pelas receitas dos serviços bancários. Adicionalmente, alternativa que merece destaque é a desenvolvida por Arida, Bacha e Lara-Resende (2004) que depositam na

incerteza jurisdicional a razão para a evolução do nível médio de spread nas operações de crédito no Brasil.

Segundo os autores, a existência de um mercado de financiamento de curto prazo em moeda doméstica, com moeda não conversível e com má jurisdição, é a raiz da conjectura para que a incerteza jurisdicional apareça no Brasil em duas faces: a inexistência de mercado de crédito de longo prazo e a alta taxa de juros de curto prazo.

Nesse contexto, é válido mencionar que Costa e Nakane (2004) criticam a realização de comparação internacional do *spread* bancário, afirmando que há dois erros comuns na comparação: um de conceituação, outro de mensuração. Relativamente ao primeiro, os autores afirmam que não há homogeneidade entre as operações consideradas. No Brasil, por exemplo, a taxa divulgada oficialmente pelo BACEN é calculada como a diferença entre a taxa de juros média dos empréstimos de carteira livre e a taxa média de captação dos bancos. Com respeito à segunda questão, Costa e Nakane (2004) argumentam que, no caso brasileiro, todas as operações de empréstimo em carteira livre são consideradas, independente de sua classificação de risco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou uma análise das elevadas taxas de juros prevalentes na economia brasileira no período de 2000 a 2010. Embora haja consenso quanto ao elevado patamar do *spread*, as explicações sobre seus determinantes divergem. Procuraram-se elencar as principais vertentes, destacando-se a taxa básica de juros e a estrutura de mercado.

No que se refere aos determinantes do *spread* bancário, esta análise mostrou a importância dos fatores macroeconômicos, em particular, a taxa de juros. Dessa forma, pode-se concluir que o problema do elevado *spread* bancário é um reflexo direto do problema das elevadas taxas de juros observadas na economia brasileira.

Durante todo o trabalho foram levantados os principais motivos de o país possuir taxas tão discrepantes quanto comparadas a outros países, levaram-se em consideração principalmente os estudos realizados pelo Banco Central, acrescentando-

se apenas como causa para *spreads* elevados à alta concentração no setor bancário e o poder de monopólio dos bancos, fato que não foi mencionado por estes estudos.

Quanto a SELIC, diversos são os debates sobre a variação da taxa de juros, geralmente, falam apenas sob o aspecto do impacto macroeconômico. No entanto, há outros pontos, além das hipóteses apontadas comumente, para explicar o fato do *spread* bancário no Brasil ser um dos mais altos no mundo, alcançando até 11 vezes a média nos países ricos.

Tem-se uma hipótese que trata do círculo vicioso. Havia, no país, tradição histórica de alta taxa nominal de empréstimos com a incorporação da correção monetária, durante o regime de alta inflação. Com a retirada desta correção monetária na captação, a taxa de captação caiu, porém permaneceu com nível elevado, por o rendimento do depósito a prazo ter se tornado percentual do CDI/SELIC.

Outra hipótese diz que o *spread* fixado pelos bancos no Brasil é muito elevado por causa do elevado custo de tomar empréstimos, o resultado foi que a demanda de crédito continuou diminuta. Com isso, não se alcançou escala suficiente para diluir os custos embutidos no *spread*, diversificar os riscos entre muitos clientes e ganhar na massa. Provavelmente, caso a concorrência fosse maior ou houvesse tabelamento do teto para os juros, como ocorreu no caso da consignação para aposentados, haveria reajuste forçado para *spread* menor.

Dois dos principais componentes dos *spreads* bancários: o risco de crédito e a inadimplência requerem medidas necessárias para reduzir seus custos, tais como a simplificação da execução de garantias e da recuperação dos empréstimos, maior agilidade dos processos judiciais, que no Brasil levam vários anos para serem concluídos, e melhores informações sobre os bons pagadores, o chamado cadastro positivo, que foi discutido por tanto tempo no país e apenas recentemente entrou em vigor como medida provisória.

Outro componente importante dos *spreads* que não depende dos bancos são os impostos diretos e indiretos e demais encargos fiscais, tais como o custo do compulsório, dos subsídios e do direcionamento de crédito. Esses custos no Brasil são mais altos do que a média internacional e, em conjunto, representam cerca de 25% na composição dos *spreads*. Os custos administrativos enfrentados pelos bancos, que

representam 16% dos *spreads*, são outro fator que apenas parcialmente está sob o controle dos bancos que afirmam “procurar reduzir”. Entretanto, não consta, para a opinião pública, que os bancos procuram reduzir, por exemplo, custos com publicidade. Uma vez que estes são repassados para os clientes devedores. Como não existe “almoço de graça”, esses enormes gastos com publicidade são contabilizados em Despesas Administrativas e entram como componentes do *spread* bancário.

Do comparativo internacional, tanto a partir do *spread*, quanto da margem líquida de juros, tem-se que o Brasil apresenta uma elevada magnitude de *spread* bancário. E, a despeito de taxa ter se reduzido no período pós-Plano Real, não se observou convergência do *spread* bancário com o dos países emergentes, existindo uma rigidez para baixo em seu patamar.

Dentro desta crítica cabe ressaltar que o *spread* bancário brasileiro vem demonstrando tendência à redução. No entanto, mesmo com a redução observada do *spread*, o país ainda está muito acima do padrão internacional. Além disso, o Brasil possui um sistema que é extremamente eficiente na geração de lucro, todavia é notória a ineficiência nas intermediações financeiras.

Por fim, deve-se ressaltar que este trabalho trata de um tema ainda em evolução e, em certos aspectos, bastante controverso, principalmente no que se refere à metodologia utilizada na determinação dos principais componentes do *spread* bancário no Brasil. Dessa forma, uma sugestão para pesquisas futuras relaciona-se à tentativa de se buscar uma solução para alguns problemas verificados na metodologia de cálculo do *spread*, dentre eles, o cálculo da inadimplência, dos subsídios e dos custos administrativos. Outra sugestão consiste desenvolver um modelo próprio para o caso brasileiro, uma vez que as características macroeconômicas são bem diferentes das observadas em outras nações. Ou seja, existem peculiaridades próprias apresentadas pelo mercado bancário brasileiro que não foram captadas em nenhum estudo.

REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R.; KOHLER, M. A.; FREITAS, P. S. **Evolução e determinantes do spread bancário no Brasil**, 2009. Disponível em: <
http://www.senado.gov.br/conleg/textos_discussao/texto61spreadbanc%Elriospringerko hlereafonso.pdf>. Acesso em: 15 de dez. 2012.

ARIDA, P.; BACHA, E.; LARA-RESENDE, A. **High interest rates in Brazil: conjectures on the jurisdiccional uncertainty**. Rio de Janeiro: Casa das Garças, 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (2008). **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. Boletim do BC(2008). Relatório mensal. Brasília: Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMEST>. Acesso em: 21 de outubro de 2012.

_____. Relatório de Economia Bancária e Crédito (2005). Disponível em www.bcb.gov.br . Acesso em janeiro de 2013.

BANCO MUNDIAL. **Indicadores**. Setor Financeiro. Spread Bancário. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/FR.INR.LNDP>>. Acesso em: 25 de nov. 2012.

BARBOSA CAMPELLO, Nalva Cristina. **Spread bancário no Brasil suas determinantes e consequências**, 2008. Disponível em: <
http://www.tjpe.jus.br/cej/revista/num_2/Nalva%20Cristina%20Barbosa%20Campello.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2012.

BROCK, P. L.; ROJAS-SUAREZ, L. (2000). Understanding the behavior of bank spreads in Latin America. **Journal of Development Economics**, n.63, pp.113-134.

CARVALHO, F. J. C. C.(2007). **Sistema financeiro: setor bancário no Brasil**. Disponível em:
<http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/economia/sistfin/apresent/apresent.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

_____,F.C. (2007). **Estrutura e padrões de competição no sistema bancário brasileiro: uma hipótese para investigação e alguma evidência preliminar**. In Paula,

L.F.e Oreiro,J.L. (orgs.). Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. Rio de Janeiro: Campus/Elsevier.

CEF, Caixa Econômica Federal. **Demonstrativos Anuais**. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/acaixa/relatorios/demonstrativo.asp>. Acesso em: 15 de outubro de 2012.

COSTA,A.C.; NAKANE, M. (2005). **Revisiting the methodology for the bank interest spread decomposition in Brazil: An Application of the Theory of Cost Allocation** (2005). Disponível em: <http://www.ibmecsp.edu.br/pesquisa/modules/papers.php?topicid=39&type>. Acesso em: 05 de outubro de 2012.

DA SILVA, G. J. C.; OREIRO, J. L.; DE PAULA, L.; (2006). Spread **bancário no Brasil**: uma avaliação empírica recente. IN: DE PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Org). Sistema Financeiro: uma análise do setor bancário brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. p. 191-220.

DE PAULA, L. F.; PIRES, M. C. C.; (2006). **Determinantes macroeconômicos do spread bancário**: uma análise preliminar para economias emergentes. IN: DE PAULA, L. F.; OREIRO, J. L. (Org).

DEPEP. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**, 2008. Disponível em:<http://www.bcb.gov.br/Pec/Depep/Spread/relatorio_economia_bancaria_credito2008.pdf>. Acesso em: 25 de nov. 2012.

HUIZINGA, H. (1999). Determinants of commercial bank interest margins and profitability: some international evidence. **World Bank Economic Review**, n.13, pp.379-408.

IMF – **International Monetary Fund. International capital markets** : developments, prospects, and key policy issues. Washington: IMF, 2012.

KOYAMA, N.; NAKANE, M.(2002). **Os determinantes do spread bancário no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/NotasTecnicas/Port/2002nt19composicaodospread2p.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. 2012.

KOYAMA, S. M., TONOOKA, E. K. (2002) – Relação entre Taxa de Juros e Participação de Mercado Segundo a Modalidade de Crédito. In: Juros e *Spread* Bancário no Brasil. Banco Central do Brasil. Relatório de 2002.

LEAL, R.M.(2006). **Estrutura e determinantes do *spread* bancário no Brasil:** uma resenha comparativa da literatura empírica. Dissertação de mestrado em economia – PPGCE/UERJ. 130p.

_____, R.M. (2007). **Estrutura e determinantes do *spread* bancário no Brasil após 1994:** uma análise da literatura empírica. In: Paula, L.F. e Oreiro, J.L. (Org). Sistema Financeiro: Uma Análise do Setor Bancário Brasileiro. Campus/Elsevier. Rio de Janeiro.

LINARDI, F. M.; FERREIRA, M. S. **Spread e os determinantes da inadimplência,** 2009. Disponível em: <
<http://virtualbib.fgv.br/ocs/index.php/ebf/9EBF/paper/viewFile/719/186>>. Acesso em: 20 de nov. 2012.

_____. **O Capital,** Livro II. São Paulo: Abril Cultural, 1984b (Coleção "Os Economistas").

MATIAS, A. B. (2006). **Condições estruturais do sistema bancário brasileiro: O Spread bancário brasileiro.** Estudos CODEMEC n. 54.

Fortuna Eduardo, Mercado Financeiro, 16º edição, Rio de Janeiro, Qualitymark 2003.

NAKANE, M. I.; Costa, A. C. A. **Spread bancário:** os problemas da comparação internacional. Risk Update , Ano 1, n. 3, p. 9-14, 2005.

_____. **Concorrência e *spread* bancário:** uma revisão da evidência para o Brasil. In: Banco Central do Brasil, juros e spread bancário no Brasil : avaliação de 4 anos do projeto. Brasília: Banco Central do Brasil, 2003, p. 58-67.

OLIVEIRA, G. C.; CARVALHO, C. E. O componente “custo de oportunidade” do *spread* bancário no Brasil: uma abordagem pós-keynesiana, 2003. Disponível em: <
http://www.mte.gov.br/pnmpo/componente_custo_oportunidade.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2012.

OREIRO, José Luís da Costa et al. **Determinantes macroeconômicos do spread bancário no Brasil:** Teoria da evidência recente, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecoa/v10n4/a07v10n4.pdf>>. Acesso em: 25 de nov. 2012.

OREIRO, J. L.; Sicsú, J.; PAULA, L. F. **Controle da dívida pública e política fiscal:** uma alternativa para um crescimento auto-sustentado da economia brasileira. In : Sicsú, J.; OREIRO, J. L.; PAULA, L. F. (orgs.), Agenda Brasil : políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços. Barueri/SP: Manole, 2005.

PAULA,L.F.; LEAL, R.M. (2007). **Custo do crédito no Brasil:** uma avaliação recente. Indicadores econômicos FEE, Porto Alegre, v. 34, n. 2, pp.91-102.

PAULA, L.F.; FARIA Jr, J.A. (2008). **Eficiência bancária e expansão do crédito no Brasil:** uma avaliação recente. IPEA (org.), Prêmio IPEA-Caixa 2007 – Monografias Premiadas. Brasília: IPEA.

REIS Jr, H.O.M.; PAULA, L.F; LEAL, R.M. (2009). **Decomposição do Spread Bancário no Brasil:** Uma análise do período recente. 37º Encontro Nacional de Economia da ANPEC.

REHDER, Marcelo. **Spread bancário custa R\$ 261 bi aos brasileiros**, 2009. Disponível em:<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20091227/not_imp487354,0.php>. Acesso em: 06 de outubro 2012.

Saunders, A.; Schumacher, L. **The determinants of bank interest rate margins:** an international study. Journal of International Money and Finance, v. 19, p. 813-832, 2000.